Doce e doloroso caminho da educação infantil: contribuições de estágio à docência universitária**Sweet and painful path of early childhood education: traineeship contributions to university teaching**

Recebimento dos originais: 19/02/2018

Aceitação para publicação: 26/03/2018

Rozilda Pereira Barbosa

Especialista em Gestão Pedagógica pela Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Instituição: Faculdade de Educação de Crateús (FAEC), unidade da UECE

Endereço: Chaves Martins, 248 – Fátima I, Crateús – CE, Brasil

Email: rozilda.barbosa@uece.br

RESUMO

O presente artigo tem como temática central a Educação Infantil, articulado a esta apresenta considerações sobre o Estágio Curricular Supervisionado. O principal objetivo deste trabalho é refletir sobre as aprendizagens construídas durante a supervisão no Estágio em Educação Infantil no período de março a junho de 2017. A base teórica na qual se fundamentam as discussões tecidas ao longo do trabalho se distribuem entre autores que discorrem sobre Estágio Curricular e Educação Infantil, a exemplo de Pimenta e Lima (2004) e Ramos (S/A), e ainda os aparatos legais da educação como a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996. O percurso metodológico, é, ainda composto por observações realizadas em instituições de Educação Infantil durante visitas docente, obrigatórias aos campos de estágio para mediar e supervisionar as atividades realizadas pelos estagiários do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação de Crateús. O artigo está estruturado em quatro seções, aí inclusas a introdução e as considerações. A segunda e a terceira seção, com suas respectivas subseções elencam a fundamentação teórica e a aproximação empírica do objeto de estudo, desta forma se discute inicialmente a educação infantil contracenando no palco do direito, onde é feito um breve apanhado do desenvolvimento histórico e legal da educação infantil. Em seguida aparece o estágio curricular na educação infantil: um palco obrigatório, nesta subseção é explicitado a obrigatoriedade do estágio em educação infantil no curso de Pedagogia da FAEC, em acordo com a Diretrizes Curriculares de Pedagogia de 2006 e o Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia da FAEC. A seção três: Aprendizagens decorrentes da supervisão no estágio curricular e sua subseção: Doce e doloroso percurso da educação infantil, apresentam uma análise sintética das observações realizadas em oito espaços de Educação Infantil. A partir das análises feitas, é possível constatar que o caminho da Educação Infantil é por vezes doce, por vezes doloroso, e para chegar a uma Educação Infantil de qualidade, muito ainda tem-se que caminhar.

Palavras-Chave: Educação Infantil. Estágio Curricular. Aprendizagem.

ABSTRACT

This article has the central theme of Early Childhood Education, articulated to this presents considerations about the Supervised Curricular Internship. The main objective of this work is to reflect on the learning that was built during supervision during the period in the period between March and June 2017. The theoretical basis on which discussions are based throughout the work is distributed among authors who discuss Stage Curricular and Early Childhood Education, such as Pimenta and Lima (2004) and Ramos (S / A), as well as the legal educational apparatus such as the Federal Constitution of 1988, the Child and Adolescent Statute of 1990 and the Law on Guidelines and the Bases of Education of 1996. The methodological course is also composed of observations made in institutions of Early Childhood Education during teacher visits, obligatory to the training camps to mediate and supervise the activities carried out by the trainees of the Pedagogy course of the Faculty of Education of Crateús. The article is structured in four sections, including the introduction and considerations. The second and third sections, with their respective subsections, list the theoretical basis and the empirical approximation of the object of study. In this way, children's education is discussed at the beginning of the law, where a brief survey of the historical and legal development of child education. The following is a curriculum internship in kindergarten: a compulsory stage, in this subsection it is made explicit the compulsory education in the Pedagogy course of the FAEC, in agreement with the Curricular Guidelines of Pedagogy of 2006 and the Pedagogical Project of the Pedagogy course of FAEC. Section three: Learning arising from supervision in the curricular stage and its subsection: Sweet and painful course of early childhood education, present a synthetic analysis of the observations made in eight spaces of Early Childhood Education. From the analyzes made, it is possible to verify that the path of Early Childhood Education is sometimes sweet, sometimes painful, and to reach a quality Child Education, much still one has to walk.

Keywords: Early Childhood Education. Curricular stage. Learning.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo articula estágio curricular e educação infantil, apresentando assim uma síntese das aprendizagens provenientes da supervisão no Estágio na Educação Infantil, ofertado no curso de Pedagogia da Faculdade de Educação de Crateús.

O ponto dois e seus respectivos subpontos têm o caráter de referencial teórico, portanto faço uma explicitação e contextualização breve sobre a educação infantil, e ainda neste ponto trago algumas reflexões sobre o estágio curricular. No ponto três são apresentadas lições doces e dolorosas aprendidas na educação infantil, por fim são feitas breves considerações sobre as lições absorvidas.

2 EDUCAÇÃO INFANTIL E ESTÁGIO CURRICULAR**2.1 A EDUCAÇÃO INFANTIL CONTRACENANDO NO PALCO DO DIREITO**

A Educação Infantil é hoje considerada a primeira etapa da Educação Básica, está contemplada na lei 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Os artigos 29, 30 e 31 da atual LDBEN tratam com especificidade da educação infantil.

O artigo 29 a consagra como primeira etapa da educação básica, o artigo 30 estabelece os locais onde a educação infantil deve ser ofertada conjuntamente com as idades correspondentes do público alvo, a saber, creches para crianças de até 3 anos de idade e pré-escolas para as crianças de 4 a 5 anos de idade e o artigo 31 esclarece as regras gerais ou comuns que norteiam a organização e oferta da educação infantil.

Como já foi dito, esta é a situação atual da educação infantil, todavia nem sempre foi assim, o cenário da educação infantil já foi bem diferente do que foi aqui explicitado, o palco nem sempre foi o do direito.

A educação infantil já esteve fora dos palcos, período de inexistência e/ou negação dessa etapa do ensino, depois aparece no palco do favor, da caridade, somente nos anos 90 a educação infantil ascende ao palco do direito, com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) lei nº 8.069/1990 e a LDBEN/1996, conquistando assim espaço no artigo 208 da Constituição Federal de 1988 por meio da Emenda Constitucional de nº 14/96, vale ressaltar que o mencionado artigo faz referência a etapa pré-escolar da educação infantil, estabelecendo inclusive a obrigatoriedade “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de [...] I – educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade” (BRASIL 1988, pp 121-122).

A lacuna da infância no palco da educação durante anos, se explica pela ausência de sentimento de infância no decorrer da idade média e início da idade moderna, onde a criança era vista como um adulto em miniatura, esta situação sagrava-se aos sete anos de idade quando se compreendia que a criança conseguira sobreviver ao período crítico da mortalidade, passava então a integrar o universo dos adultos, não se considerava as especificidades da criança e não havia uma preocupação com formalização de uma educação própria para a criança. (ARIÈS 1981)

O surgimento e evolução do sentimento de infância mediado pelas transformações familiares, políticas e econômicas no cenário social, engendrou um novo olhar sobre a criança e produziu mudanças no âmbito educativo, dando luz a preocupação com o cuidado e posteriormente essa preocupação incorporou o educar, hoje sintetizado como: *o cuidar e educar na educação infantil*.

Em se tratando da realidade brasileira, é válido lembrar que até meados do século XIX o atendimento institucional à criança pequena era quase inexistente, pois se limitava a acolher crianças deixadas na roda de expostos. No início do século XX a elite brasileira abraça o movimento Escolanovista e a criança rica é inserida no universo educacional do Jardim de Infância, a criança pertencente às classes populares, no entanto, permanece excluída desse universo. (RAMOS S/A)

A aceleração do processo de urbanização e industrialização do Brasil no século XX insere a figura feminina no mercado de trabalho, desencadeando a necessidade de espaço e pessoas qualificadas para cuidar da prole da mulher operária. A sociedade então passa a desenvolver mecanismos para atender a essa necessidade, que em acordo com Oliveira (2005) visitado por Ramos (S/A) vão desde as:

- Criadeiras;
- Creches e escolas maternas na configuração de depósito de crianças, mantidas pelas indústrias que percebiam a maior produtividade das operárias, cientes do cuidado de seus filhos;
- Creches e pré-escolas no âmbito da Assistência Social, com caráter compensatório e higienista, cuja intenção era reduzir o índice de mortalidade infantil nas camadas populares e garantir mão-de obra futura;
- Creches e pré-escolas no campo do direito

Este último ponto refere-se ao momento atual da educação infantil, já explicitado inicialmente, onde ela se encontra respaldada pela legislação como primeira etapa da educação básica, impulsionada pelas políticas educacionais e sob a responsabilidade do Estado.

2.2 ESTÁGIO CURRICULAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL, UM PALCO OBRIGATÓRIO

A visão de estágio que norteia este artigo, é a que o percebe como uma articulação entre teoria e prática, refutando, portanto, a percepção do estágio como *a hora da prática*, sem a necessária mediação teórica, produzindo e reproduzindo um fazer por fazer.

Neste sentido corrobora-se com Pimenta e Lima (2004) quando propõem a superação da prática como mera imitação de modelos e instrumentalização técnica, e em contrapartida apresentam o momento do estágio curricular como uma aproximação da realidade e como um campo investigativo, aonde se requer, portanto, a atividade teórica.

A necessidade de superação dos modelos artesanal (imitação) e técnico da formação docente se justifica pelas seguintes razões:

A prática como imitação de modelos

.....

Essa perspectiva está ligada a uma formação de professor que não valoriza sua formação intelectual, reduzindo a atividade docente apenas a um fazer que será bem-sucedido quanto mais se aproximar dos modelos observados. Por isso, gera o conformismo, é conservadora de hábitos, idéias, valores, comportamentos pessoais e sociais legitimados pela cultura social dominante.

.....

A perspectiva técnica no estágio gera um distanciamento da vida e do trabalho concreto que ocorre nas escolas, uma vez que as disciplinas que compõem os cursos de formação não estabelecem os nexos entre os conteúdos (teorias?) que desenvolvem e a realidade nas quais o ensino ocorre (PIMENTA E LIMA 2004, pp 35;36;39).

Em tratando-se da obrigatoriedade do estágio curricular na formação docente, destaca-se a LDB/96 ao dispor sobre os profissionais da educação no artigo 61, parágrafo único e incisos I e II e ainda o artigo 65.

Parágrafo único. A formação dos profissionais da educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica, terá como fundamentos:

I – a presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho;
II – a associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço;

.....

A formação docente, exceto para a educação superior, incluirá prática de ensino de, no mínimo, 300 (trezentas) horas. (BRASIL 1996, pp 35-36;

Pode referenciar-se ainda, as Diretrizes Curriculares de 2006 para o curso de Pedagogia, segundo a qual o curso de Pedagogia deve dispor de “300 horas dedicadas ao Estágio Supervisionado prioritariamente em Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto pedagógico da instituição” (BRASIL 2006, p 14)

No caso específico do curso de Pedagogia ofertado na Faculdade de Educação de Crateús, unidade integrante da Universidade Estadual do Ceará, o Estágio Supervisionado na Educação infantil é de oferta obrigatória no sexto semestre do curso, com uma carga horária total de 102 horas/aulas distribuídas de forma equânime e articuladas entre atividades teóricas e práticas. (FAEC 2009)

Como docente responsável pela disciplina supracitada, faz parte de minhas funções acompanhar os alunos nos campos de estágio, tal atividade tem engendrado aprendizagens significantes, as vezes doces, as vezes doídas, e é sobre essas aprendizagens que pretendo refletir no ponto seguinte.

3 APRENDIZAGENS DECORRENTES DA SUPERVISÃO NO ESTÁGIO CURRICULAR

As aprendizagens aqui explicitadas são fruto de observações realizadas em N creches, por ocasião do obrigatório acompanhamento dos alunos nos campos de estágio, portanto, essas aprendizagens partem do olhar docente sobre o ensino e a aprendizagem na educação infantil e podem ser caracterizadas como uma aproximação da realidade.

O marco temporal das observações corresponde ao período de março a junho de 2017 e engloba as visitas às creches, concernentes a apresentação dos alunos e acompanhamento das atividades de coparticipação e regência. Em sua grande maioria as observações ocorreram em salas compostas por crianças de 4 ou 5 anos, nas quais estiveram concentradas as atividades de estágio.

Por serem muitas as observações, será feito uma síntese, destacando aprendizagens hora doces, hora dolorosas. No decorrer dos relatos, o leitor poderá perceber que as temáticas geradoras das aprendizagens são bem variadas, transitam assim, pela ludicidade, sociabilidade, aprendizagem espontânea e dirigida, inclusão, formação docente e outras temáticas, vale lembrar que essas temáticas não estão individualizadas, e sim diluídas nos relatos que serão explicitados.

3.1 O DOCE E DOLOROSO PERCURSO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Dentro da sala de aula as cadeiras são organizadas lado-a-lado, em meia lua ou círculo, individuais ou em pequenos grupos, a depender da idade das crianças e da ação pedagógica desenvolvida. As atividades são múltiplas, vão desde a rodinha de socialização, escrita da agenda, resolução de tarefas, brincadeiras livres e dirigidas e em algumas creches até o lanche acontece dentro da sala, somente depois deste as crianças são levadas para o intervalo no pátio.

No pátio, via de regra as crianças correm, pulam, fofocam, brincam livremente, inventam brincadeiras e suas respectivas regras. Em apenas um dos 8 espaços de educação infantil acompanhados, a roda de socialização acontece de forma coletiva no pátio e o intervalo é dividido em brincadeiras livres e dirigidas pelos docentes, e em dois deles o lanche também acontece no pátio.

As aprendizagens doces e/ou dolorosas a que me refiro são um recorte do que mais me chamou atenção, tanto nas salas de aula como no pátio das instituições de educação infantil acompanhadas.

Dentro da sala de aula uma criança chora pela sua tarefa, um desenho que acabará de colorir, e que deveria ser exposto no varal de tarefas, junto as demais tarefas de todas as crianças e inclusive as suas de dias anteriores. Naquele choro, estava o egocentrismo natural da criança, mas também estava o direito de posse sob a sua pintura, “*é meu*”, dizia a criança com lágrimas e soluços, enquanto a professora buscava pegar de suas pequeninas mãos o desenho pela criança pintado.

Naquele instante me pus a pensar: Qual de nós adultos, que nos dizemos sociabilizados, nunca agimos como aquela criança ao ver o que é nosso sendo expropriado, e que direito tem a escola de apropriar-se do produto da criatividade do aluno? O direito de posse instituído pelo sistema capitalista, também legítima a dominação do mais forte, e a escola não hesita em fazer uso da dominação, as relações de poder perpassam as interações sociais, e se manifestam também na educação infantil.

Obviamente a superação do egocentrismo da criança precisa ser trabalhado, contudo, deve acontecer de forma correta, quando a docente deixou de usar o autoritarismo como recurso e fez uso do diálogo conseguiu convencer a criança que a tarefa continuaria sendo sua, mesmo exposta no varal.

Em um momento de muita agitação na aula, uma criança coloca as mãos nos ouvidos, em uma clara demonstração de que desejava um pouco de silêncio e que a situação pedagógica fugira do controle docente. Como docentes, precisamos estar atentos as atitudes dos discentes, pois um simples gesto pode simbolizar uma avaliação de nossa prática pedagógica, e isso não se restringe a educação infantil.

Em contraponto a insatisfação com o momento de desequilíbrio pedagógico, a alegria brilha nos olhos e se faz saltitante no corpo inteiro de várias crianças com a expectativa de receber massa de modelar, “*Vem, vem...!Ela vai dá massinha.*”, fala eufórica, da porta da sala, uma criança, chamando outra que fora ao banheiro. Nesta doce atitude podemos perceber o companheirismo, a cumplicidade, o desejo que o outro também participe daquilo que considero bom. De posse da massa de modelar a criatividade entra em ação, desenvolvem a coordenação motora, fixam os conteúdos, exercitam a comunicação e a socialização, pois compartilham com colegas e professora o significado de suas invenções e dão forma as letras e números.

A aprendizagem mais dolorosa durante as observações, foi a persistência da fome. No turno da tarde, ao chegar em um dos espaços de educação infantil, a professora me informa que naquele dia as crianças saíam mais cedo, às 16:00 horas, pois não havia merenda na escola. Como na educação infantil as rotinas são estruturantes, as crianças assimilam o horário das atividades, e quando perceberam que o horário do lanche se aproximava começaram a cantar a música que introduz esse momento na rotina pedagógica.

Sem saber o que fazer diante da situação caótica, a professora anuncia que as crianças que trouxeram lanche de casa, já podem lanche e as que não trouxeram são convidadas a brincar de ciranda-cirandinha com uma das estagiárias. Triste situação! Cantavam com tanta empolgação a música do lanche!

Claro que nenhuma criança conseguiu brincar, a necessidade ali premente era a de satisfação da fome, gestada e gritada no organismo de todo ser humano. Assim, algumas crianças se puseram a chorar, pedir e aguardar que os colegas compartilhassem com elas o que dispunham, e foi o que aconteceu. A professora disse-me que não iria dividir os lanches, para não desagradar alguns pais, iria deixar que as próprias crianças tivessem essa atitude. A justificativa para a ausência de merenda era o processo de licitação da mesma, ainda não concluído.

Todavia, não se pode admitir que situações como esta persistam no sistema de ensino, pois a merenda escolar é um direito do aluno e possui recursos destinados exclusivamente a ela, a alimentação adequada favorece o desenvolvimento físico e cognitivo da criança no processo de assimilação e apropriação do conhecimento. A fome leva a criança a rejeitar o convite a brincar, quanto mais a obrigação de aprender.

É ainda doloroso constatar a farsa da inclusão e a inadequada postura e/ou formação do profissional que atua na educação infantil.

Haviam 19 de 21 crianças, em uma sala, numa tarde quente, característica do sertão cearense, era difícil manter o domínio de sala, mesmo na rodinha e por vezes a docente acabou perdendo o domínio próprio e as palavras “mágicas” ensinadas na rodinha são violadas por ela mesma ao som de: “*Manda essa menina aí fechar o badalo.*”, mais tarde “*Senta menina chata!*” e, bruscamente obriga uma criança a sentar-se, “*Mulherzinha, deixa só esses dois sem pintar*” no limite da paciência para explicar a tarefa à criança, “*Vai pra lá!*” ordena a uma outra que foi solicitar sua ajuda, “*Tá vendo mal educada*” chamando a atenção de uma criança que imersa na agitação acabou derrubando alguns pertences.

Na sala havia uma criança com deficiência, cuja inclusão no sistema regular de ensino é garantida na LDB/96, embora essa inclusão esteja funcionando como uma máscara à realidade. A atividade da criança foi resolvida pela cuidadora, enquanto a criança ficava deitada no chão sob um lençol, restrita a um espaço específico da sala de aula, quando se levantava a cuidadora logo a fazia sentar de volta, não lhe era dada oportunidade de movimentos, de curiosidade, de exploração do ambiente, o que inviabiliza o completo desenvolvimento da criança, como preconiza a LDB/96.

Durante o intervalo, enquanto as outras crianças pulavam, dançavam, brincavam, a criança especial remexia-se na cadeira, o movimento da perna parecia querer seguir o ritmo da música que

tocava, então pergunto: “*¬Porque ele não vai brincar com as outras crianças?*” “*¬Ele não pode. É especial, se for cai e se machuca e a mãe vem procurar saber com a gente o que aconteceu*”.

A cuidadora não soube me informar qual a deficiência da criança, mas no decorrer da conversa afirmou que a criança tem dificuldade com a deglutição, apresenta refluxo, devido a isso não ingere alimentos sólidos e se faz necessária paciência e cuidado no momento da alimentação “*Às vezes chega aqui com fome, a mãe diz que ele não quis comer, ai pego a mamadeira dele e ele come tudo, acho que ela não tem paciência, porque ele come um pouco, para, come de novo até comer tudo*”.

No pátio a brincadeira dirigida escolhida pelas docentes era Terra e Mar, uma parte do pátio foi dividida por uma corda, um lado simbolizava a terra e o outro o mar, nessa atividade lúdica é possível desenvolver na criança a motricidade, atenção, concentração, agilidade, cooperação, direcionalidade e equilíbrio.

Crianças se ajudavam no momento da brincadeira, a intenção implícita parecia ser a de que todos fossem vencedores, uma menina chegou a segurar os colegas com os braços para não exercerem o comando errado, depois de mãos dadas passaram a obedecer aos comandos “terra e mar” emitidos pela docente, sendo assim, todos vencedores, a disputa foi vencida pela união daquelas crianças.

4 DOCES E DOLOROSAS LIÇÕES DA EDUCAÇÃO INFANTIL: BREVES CONSIDERAÇÕES

É doce observar docentes com uma prática pedagógica teoricamente alicerçada e que contribui com o desenvolvimento pleno da criança, mas, mais doce ainda é aprender com as crianças a lição da união, o trabalho conjunto, o sentido de equipe, mesmo quando não há uma equipe formal.

É dolorosa a lição deixada pela fome em pleno século XXI, porém aprendemos que o Brasil é feito de muitos brasis e que em muitos deles a fome ainda impera, estendendo-se inclusive ao contexto escolar. É preciso não se conformar com essa realidade, que decorre da concentração de riquezas nas mãos de uma minoria privilegiada, e a escola deve insurgir-se e provocar a insurreição crítica contra a realidade posta.

É doloroso perceber que existem práticas pedagógicas que precisam ser reeducadas, que a sonhada inclusão em muitas realidades ainda permanece no sonho, todavia é doce descobrir que o adulto que supostamente deve ensinar a criança pode aprender com ela valorosas lições.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**, Rio de Janeiro. LTC Editora 1981.

BRASIL. Diretrizes Curriculares para o curso de pedagogia, 2006. Disponível em:portal.mec.gov.br. Acesso em: julho de 2017

_____. Lei nº 9.394/ 96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira**, de 20 de dezembro 1996 – 10. ed. Brasília, Edições Câmara, 2014.

_____.**Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. Lei nº. 8.069 de 13 de junho de 1990. Centro de Documentação e Informação. Coordenação de Publicações, 3°.ed. Brasília, 2001.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988 – 35. ed.Brasília, Edições Câmara, 2012.

FACULDADE DE EDUCAÇÃO DE CRATEÚS. **Curso de pedagogia**.Projeto Político Pedagógico, V.1, Crateús, 2014

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**. SP: Cortez 2004.

RAMOS,Janaina Silmara Silva. **Rotina na educação infantil: saberes docentes**. Disponível em:www.cchla.ufrn.br/.../com%20Oral%20para%20os%20anais%20do%20CCHLA.pdf. Acesso em: julho de 2017.